

(Continuação do artigo de opinião da página 8)

Não são conhecidos números, mas sabe-se que em cada voo previamente cheio em Q400 alterado para o ATR, automaticamente 12 passageiros ficaram em overbooking, tendo de ser reacomodados e recebendo cada passageiro €250 de indemnização pelo atraso superior a 3 horas como determina a legislação europeia. Por exemplo, considerando a média diária de 4 idas e 4 voltas entre Pico e PDL/TER, rotas esgotadas desde 6 de Agosto até 2 de Setembro, são 96 potenciais indemnizações por dia... É só fazer a conta. Claro que existem alguns lugares reservados nos Dash por defeito para necessários passageiros provenientes de marcações do Serviço Regional de Saúde, mas não são de qualquer maneira suficientes para cobrir ⅓ dos overbookings.

Sendo este ATR um ACMI de “socorro”, volto ao repto inicial de preparar atempadamente a operação de 2025 com o aluguer de um Q400 para corresponder à procura de várias rotas em crescimento, simultaneamente precavendo a eventualidade de avaria de aeronave própria, que inevitavelmente acontecem. A frota deveria permitir voos extra em caso de elevadíssima procura, e o que se verifica é que os voos regulares já correspondem ao máximo possível, inviabilizando voos extra em caso de necessidade. A tarifa Açores é maravilhosa para os residentes, mas criou um problema novo: marcação em cima do dia (porque o preço é fixo) fazendo com que a companhia aérea não consiga planear condignamente. Eventualmente poderia haver um desconto adicional (5%) para os passageiros que marcassem a sua viagem com mais de um mês de antecedência.

Para finalizar esta reflexão, vamos adicionar o fator “Azores Airlines” à equação.

A época de Verão IATA inicia-se no final de Março e termina no final de Outubro. Desde 2021 que a Azores Airlines, companhia aérea que assegura desde 2015 as ligações aéreas entre Lisboa e Pico, efetua (com variações nas datas de início e término) 5 rotações semanais nesta rota desde o início de Junho ao final de Setembro. É certo que as Obrigações de Serviço Público (OSP), as quais a Azores Airlines continua a cumprir/realizar sem a devida compensação financeira por parte do Governo da República, apenas determinam a realização de 2 rotações semanais todo o ano. As 5 rotações semanais excedem em 150% as OSP, o que revela a importância desta rota na época alta. A taxa de ocupação destas rotações atinge em média os 93% nestes 4 meses de pico do Verão.

Muitos dos passageiros que chegam ao Pico desde a Terceira e Ponta

Delgada (as 2 rotas inter-ilhas que servem a ilha Montanha) através dos voos inter-ilhas da SATA Air Açores, têm como origem Lisboa, o que nos diz (nada que surpreenda) que os 5 voos semanais entre o Pico e Lisboa são manifestamente insuficientes para a procura existente. **Urge portanto promover o aumento do número de frequências para 7 semanais (voo diário com Lisboa, portanto) e desta forma libertar muitos lugares em voos interilhas.** É preciso realçar que existem muitos passageiros a chegar ao Pico desde Lisboa através de voos PDL-TER-PIX, o que penaliza também o número de lugares disponíveis entre Ponta Delgada e Terceira.

Existe, na nossa ótica, falta de coragem política para ajustar as OSP (quer inter-ilhas, quer territoriais) à procura. Não houve em 2021 com as “novas” OSP para os voos inter-ilhas e o mesmo acontece com as OSP para os voos entre o continente e os Açores, em que aparentemente nada de significativo vai mudar, apenas acrescentando mais uma rota entre a Terceira e Funchal sem reforço da compensação. O concurso como se sabe ficou deserto, sem que a proposta do único concorrente (Azores Airlines), por valor superior ao estipulado pelo caderno de encargos, tenha sido aceite. Resta agora saber se o Governo da República vai fazer o trabalho de ajustar rotas e frequências às necessidades e procura atual e histórica (o que duvidamos) ou se vão subir o valor da indemnização compensatória para cativar as companhias aéreas. Este parece ser o cenário mais provável, o típico “atirar dinheiro” para cima do problema, sem o resolver pela raiz. O nosso parecer alargado sobre este assunto foi submetido à ALRA a 16 de Junho de 2023 em resposta ao Projeto de Resolução n.º 157/XII (<http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIICPJ157.pdf>).

Existe alguma satisfação generalizada com a performance turística da região em 2024, mas o fato é que existe crescimento a várias velocidades e as necessidades de algumas rotas são preteridas por outras opções políticas de reforço de lugares em rotas sem sustentação na procura.

Estas são algumas considerações sobre o estado atual e algumas sugestões de formas de conseguir dar mais resposta à procura efetiva em rotas em crescimento como o Pico. O turismo no Pico está no bom caminho, mas é necessário ajustar as acessibilidades para bem de todos (turistas e sobretudo residentes).

* Porta-voz do Grupo Aeroporto do Pico (GAPi)

Gaudêncio visita obras de consolidação da orla marítima nas Calhetas

O executivo camarário, liderado por Alexandre Gaudêncio, visitou no passado dia 29 de Agosto, as obras de consolidação da orla marítima na freguesia das Calhetas, acompanhado pela presidente e tesoureiro da junta de freguesia Cátia Tavares e Luís Correia.

A visita decorreu após a reunião pública daquele órgão executivo, que decorreu naquele dia na sede da junta de freguesia daquela localidade.

“A degradação desta falésia era uma preocupação de todos nós. A data de hoje é possível constatar que a primeira fase da obra está concluída, nomeadamente a construção de uma plataforma com protecção em enrocamento numa extensão de 180 metros, altura superior a 8 metros e largura de cerca de 15 metros.” referiu Gaudêncio, que acrescentou:

“Esperamos agora que esta obra possa conter a degradação galopante que estava a acontecer, sendo por isso uma mais-valia para a protecção dos seus habitantes e dos seus bens. Aguardamos, por isso, o lançamento

da 2ª fase, que prevê a reconstrução dos taludes e a requalificação urbana das ruas da Boa Viagem e da Boavista.”

Recorde-se que aquela empreitada começou em Novembro de 2023, tendo sido adjudicada pelo Governo Regional ao consórcio das empresas da Tecnovia e da Marques Lda.

Câmara da Ribeira Grande investe na manutenção das escolas do concelho

O presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, acompanhado pelo presidente e secretária da junta de freguesia da Ribeirinha, Marco Furtado e Eliana Santos, visitou a escola daquela localidade, no passado dia 29 de Agosto.

A visita serviu para os autarcas se inteirarem dos trabalhos que estão a ser realizados e que visam melhorar as condições do imóvel.

“Aproveitamos as férias lectivas para executar trabalhos de electrici-



dade e da substituição das janelas de madeira por alumínio, aumentando assim a eficiência energética e térmica das salas de aula.” referiu Alexandre Gaudêncio.

Os trabalhos estão a ser realizados pela junta de freguesia, ao abrigo de um contrato interadministrativo financiado pela Câmara Municipal, estando previsto ficarem concluídos antes do início do ano lectivo.

“Todos os anos temos dado especial relevância ao ensino, não só na vertente curricular, mas também na manutenção e melhoria dos espaços físicos. Para além desta escola, estamos também a avançar com obras nas escolas dos Fenais da Ajuda, Lomba da Maia e António Tavares Torres em Rabo de Peixe, num investimento superior a 200 mil euros.” afirmou Gaudêncio.